

Estudo Técnico Preliminar 2/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08420.009850/2024-10

2. Descrição da necessidade

A fim de preservar e manter em perfeito estado de conservação o patrimônio público, notadamente, a edificação da Polícia Federal, localizada no Município de Macaíba/RN, a qual se encontra sob a gerência e responsabilidade da Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte.

Para tanto, faz-se imperioso remover a cerca existente, vez que apresenta trechos danificados, o que denota ineficiência e, por conseguinte, põe em risco o patrimônio público, em especial, os veículos que ficam guardados no recinto em comento.

Ademais, com fundamento na prestação do serviço público eficiente, efetivo e eficaz, entende-se que é adequado e aconselhável construir uma nova cerca em todo o perímetro da edificação a fim de preservar o patrimônio da Administração Pública, bem como garantir maior segurança tanto aos servidores, como também aos prestadores de serviços que frequentam a edificação em epígrafe.

Impende destacar que os serviços visam atender ao interesse público, vez que assegura a integridade do patrimônio da Administração e o correto funcionamento das instalações prediais, assim, garantindo condições essenciais para atividade finalística.

Além disso, deve-se observar a Preservação da Imagem institucional, vez que a adoção de medidas de segurança efetivas e adequadas é um fator importante para a preservação da imagem institucional perante seus servidores e a sociedade.

Por fim, para fins de melhor entendimento e clareza da demanda, realizou-se uma vistoria in loco e, por conseguinte, elaborou-se um relatório fotográfico, que está apensando nos autos do processo em tela (SEI 38986071).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/RN	Fábio Mathias Felício da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de empresa para construção de cerca com mourões em concreto, instalação de concertina dupla clipada, instalação de cerca elétrica, instalação de tela de arame galvanizada e execução de pavimentação em paralelepípedos com rejunte de cimento e areia em edificação da Polícia Federal, localizada no Município de Macaíba no Estado do Rio Grande do Norte - RN, possuem os seguintes requisitos, quais sejam:

O local de execução dos serviços: Rodovia BR 304 - Zona Rural - CEP: 59280-000 - Macaíba/RN. Coordenadas Geográficas: 5°51'57"S 35°20'02"W.

Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes, notadamente, Normas de Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; Instruções Técnicas sobre medidas de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte; Regulamentos das empresas concessionários de Energia Elétrica, de Água e Esgoto, de Telecomunicações e de Gás Natural; Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Os itens apresentados na proposta deverão estar em conformidade com as normas nacionais e internacionais estabelecidas para sua classificação no mercado. Além disso, devem possuir certificação ou declaração da fabricante que ateste sua procedência, segurança e credibilidade.

As obrigações da CONTRATADA E CONTRATANTE estão previstas neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e em seus anexos.

Considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública, caberá à CONTRATADA observar as políticas socioambientais, principalmente o correto descarte e o gerenciamento adequado de resíduos, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, assumindo o compromisso de cumprir toda a legislação vigente. Além disso, é dever da CONTRATADA cumprir as normas e instrumentos legais, notadamente emitidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Impede registrar que em 22 de dezembro de 2023, o Presidente da República aprovou o Parecer JM-04 que estabelece que a prática de infrações ambientais especialmente graves pode ser enquadrar como conduta inidônea e, conseqüentemente, atrair a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, com fundamento nos artigos 155, X, e 156, inciso IV, da Lei 14.133/2021. O parecer supracitado foi assim ementado, *in verbis*:

O respeito ao direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é ínsito às contratações públicas e ao espírito da Lei n. 14.133/2021, com previsão expressa do desenvolvimento nacional sustentável como princípio e como objetivo.

O cometimento de infrações que abalam o meio ambiente de forma especialmente grave é conduta que agride valor essencial à Constituição Federal e cuja preservação é necessária para a manutenção da própria vida.

A prática de infrações ambientais especialmente graves pode se enquadrar na conduta "comportar-se de modo inidôneo", prevista no artigo 155, inciso X, da Lei n. 14.133/2021 como infração administrativa e, conseqüentemente, atrair a aplicação da penalidade de "declaração de inidoneidade para licitar ou contratar", prevista no artigo 156, inciso IV, da referida lei.

Consideram-se especialmente lesivas ao meio ambiente, para os efeitos deste parecer, as condutas tipificadas como infrações ambientais que, em tese, correspondam aos tipos penais considerados, por si, de maior potencial ofensivo, quando houver violação qualificada ao meio ambiente.

A prática de infração ambiental especialmente grave pode configurar razão de interesse público para fins de encerramento do contrato administrativo, nos termos do artigo 78, inciso XII, da Lei n. 8.666/1993, e do artigo 137, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021.

O referido parecer, aprovado pelo Presidente da República, é vinculante para toda a Administração Pública Federal, consoante estabelece o artigo 39, § 1º, da Lei Complementar nº 73/1993. A íntegra do Parecer JM-04 pode ser acessada no link:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-533090136>.

Convém destacar que os serviços a serem contratados deverão se pautar sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

Os materiais empregados deverão atender a melhor relação custo-benefício, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto ou serviço.

A CONTRATADA deverá instruir seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental.

A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação da FISCALIZAÇÃO do objeto todos os materiais substituídos durante a execução dos serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento. Caso a Fiscalização entenda inviável o reaproveitamento caberá A CONTRATADA dar destinação ambientalmente adequada.

A CONTRATADA deverá cumprir e fazer cumprir as Normas de Saúde e Segurança do Trabalho, que constam na Constituição Federal Pátria, Leis, Decreto, Portarias, Resoluções e Instruções Normativas, bem as citadas Normas Regulamentadoras e suas atualizações/modificações posteriores, sendo sua responsabilidade a prevenção de acidentes durante a realização dos trabalhos.

A CONTRATA deverá fornecer aos empregados, gratuitamente, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), adequado ao risco e em perfeito estado de conservação. Além disso, é de sua responsabilidade exigir o uso, bem como orientar e treinar o trabalhador sobre o uso correto.

Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA quaisquer acidentes no trabalho ou danos materiais ocorridos durante a execução dos serviços, devendo responder, integralmente, por perdas e danos que vier causar a CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

É de responsabilidade da CONTRATADA comunicar imediatamente à Fiscalização todo e qualquer acidente, com ou sem afastamento, ocorrência anormais e emergências, de maneira detalhada e indicando as providências tomadas, independente das comunicações obrigatórias prevista na legislação

Não é admitida a subcontratação do objeto em questão.

5. Levantamento de Mercado

Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, dado que as atividades que se busca contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

Além disso, é imperioso informar que, ante as peculiaridades da contratação pretendida, não há possibilidade de aplicação no Programa de Compras Eficientes para o Sistema única de Segurança Pública.

Após visita in loco, com fundamento nas boas prática de engenharia e, por conseguinte, alicerçado nos princípios da economicidade e eficiência, entendeu-se que o mais adequado e coerente seria a Contratação de empresa para construção de cerca com mourões em concreto, instalação de concertina dupla clipada, instalação de cerca elétrica, instalação de tela galvanizada e execução de pavimentação em paralelepípedos com rejunte de cimento e areia em edificação da Polícia Federal.

6. Descrição da solução como um todo

A CONTRATADA será responsável pela construção de cerca com mourões em concreto , instalação de concertina dupla clipada, instalação de cerca elétrica, instalação de tela galvanizada e execução de pavimentação em paralelepípedo com rejunte de cimento e areia em edificação da Polícia Federal, localizada no Município de Macaíba no Estado do Rio Grande do Norte - RN.

A CONTRATADA será responsável pela remoção da cerca em mourões em concreto existentes, remoção de louças e metais sanitários de forma manual, conforme está descrito na planilha orçamentária, a qual compõe este estudo técnico.

Deverá ser dado treinamento e orientação em relação a central da cerca elétrica para a equipe local.

A empresa deverá oferecer garantia mínima de 01 (um) ano para os serviços e peças instaladas, contados a partir do recebimento definitivo, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, mesmo após sua aceitação pela Polícia Federal.

A empresa durante o período de garantia assume, e se compromete a substituir, integral e gratuitamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, os equipamentos em que forem verificados defeitos ou vícios, ou ainda na hipótese de reincidência dos defeitos, ou se os mesmos não forem corrigidos a contento.

A contratada deverá testar o equipamento após a instalação e validar a sua efetividade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

REMOÇÃO DE CERCAS E MOURÕES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO;

REMOÇÃO DE TELA GALVANIZADA

REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO

REMOÇÃO DE METAIS SANITÁRIO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.

REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO

KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210 CM, FIXAÇÃO EM ARGAMASSA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. INCLUSO MARCO, ALIZARES, DOBRADIÇAS E FECHADURA

VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40 CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 44 X 35,5 CM, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30 CM EM PLÁSTICO E COM TORNEIRA CROMADA PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

PORTÃO EM TELA ARAME GALVANIZADO n° 12 E MOLDURA EM TUBOS DE AÇO COM DUAS FOLHAS DE ABRIR, BARRA CHATA DE 2" X 1/4" (2,53 kg/m), Perfil Aço, Cantoneira abas iguais 2 1/2" x 3x16" (4,57 kg/m) e INCLUSO FERRAGENS.

EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA).

ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X80X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA).

COLOCAÇÃO DE TELA DE AÇO GALVANIZADO

TELA DE ARAME GALVANIZADA QUADRANGULAR/LOSANGULAR, FIO 3,4 MM (10 BWG) H= 2 M

INSTALAÇÃO DE CONCERTINA DUPLA CLIPADA, ESPIRAL DE 300 MM.

CERCA COM MOURÕES DE CONCRETO, RETO, H=3,0, ESPAÇAMENTO DE 2,5 M, CRAVADOS 0,5 M COM 4 FIOS DE ARAME MISTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A

EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 4 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, DEMÃOS, INCLUSO PRIME EPÓXI. AF_02/2021 (SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - CORES CONFORME IT TÉCNICA DO CBM RN

PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA 20X20 CM, EM PVC 2MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CERCA ELÉTRICA COM CENTRAL DE CHOQUE (10.000 V), HASTE TUBULAR DE ALUMÍNIO COM 06 ISOLADORES, ALTURA DE 1,0 M E DIÂMETRO DE 1", POSICIONADA NA VERTICAL A CADA 2 METROS, NIVELADAS E CENTRALIZADAS E HASTES TIPO CANTONEIRA NOS VÉRTICES. BATERIA SELADA 12V, PLACAS DE ADVERTÊNCIA "Perigo: Cerca Elétrica" A CADA 30 M. 1(UMA) SIRENE, HASTE DE ATERRAMENTO DE COBRE COM 3 M DE COMPRIMENTO LIGADO A CABO DE SEÇÃO DE 25 MM2 INCLUSIVE CONECTOR, CABO DE ALTA ISOLAÇÃO E 06 CARREIRAS DE FIO DE AÇO INOX DE ALTA RESISTÊNCIA DE 0.70 MM, ESPAÇO ENTRE OS FIOS 0,15 M. FORNECIMENTO DE 02 CONTROLE REMOTOS PARA ATIVAÇÃO DA CENTRAL.

Para melhor entendimento técnico, elaborou-se uma planilha orçamentária, que está assentada nos autos deste processo, com os serviços, quantidades e respectivas unidades de medidas (SEI 38942544).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 45.107,66

Os Custos Unitários, em sua maioria, foram obtidos através do SINAPI, uma vez que, no ano de 2003, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) definiu o SINAPI como balizador de custo para serviços contratados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

Em 2013, foi editado o Decreto 7.983/2013 que passou a estabelecer regras e critérios para elaboração de orçamentos de referências de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. Ainda nesse contexto, o Decreto indica o SINAPI como principal referência de custos para obras públicas.

Os Custos dos insumos e serviços foram retirados do SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTO E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, com data de preço 01/10/2024, localidade Natal/RN, DESONERADO, conforme o documento (SEI 38993975), bem como do Banco de Preço (SEI 38946545).

Ademais, a planilha de Custo e Formação de Preços (SEI 38942544) foi realizada conforme recomenda o DECRETO nº 7.983, de 8 de Abril de 2013, o qual estabelece regra e critérios para elaboração de orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamento da União.

Impende registrar que está assentado no art. 1º do DECRETO em epígrafe as regras e critérios devem ser seguidos por órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Além disso, o Decreto em testilha tem por finalidade padronizar a metodologia para elaboração de orçamento de referência e estabelecer parâmetros para o controle da aplicação dos recursos dos orçamentos da União.

Convém destacar que o Art. 3º do Decreto 7.983/2013, traz o seguinte: O custo total de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil - SINAPI.

Ressalte-se que o SINAPI é mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A determinação dos preços é uma etapa principais do planejamento e da gestão de contratos da Administração Pública, sendo o BDI elemento primordial no processo de formação de preços, pois representa parcela relevante no seu valor final.

Trata-se da obrigatoriedade de inclusão nos editais de licitação de composições de custos unitários de serviços e do detalhamento do BDI, com a devida discriminação de cada componente de custos, fundamental para conferir transparência e controle nas contratações públicas, o que evita a ocorrência de lacunas dentro do orçamento e possibilita a verificação dos serviços e preços efetivamente contratados e sua adequação aos valores praticados pelo mercado

Destaque que o preço global de referência será resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao Benefícios e Despesas Indiretas - BDI -, o qual contém em sua composição, no mínimo:

I - taxa de rateio de administração central;

II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalíssima que oneram o contratado;

III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e

IV - taxa de lucro.

A fórmula de preços de obras e serviços de engenharia tradicionalmente é determinada pelo somatório dos custos diretos e do BDI expresso em porcentagem do próprio custo direto.

É pacífico na engenharia de custos de construção que a expressão básica do preço pode ser explicitada pela seguinte fórmula:

$PV = CD (1 + BDI\%)$, em que:

PV: Preço de Venda

CD: Custo Direto; e

BDI: Benefícios e Despesas Indiretas

Não existem uma única fórmula de cálculo do BDI, sendo encontradas na bibliografia diversas equações. No entanto a jurisprudência do TCU entende que a equação a seguir é aquela que melhor traduz a incidência das rubricas do BDI no processo de formação do preço de venda do serviço. Por isso, nesse estudo, optou-se por utilizar a fórmula indicada no Acórdão 2.369 /2011- TCU-Plenário. Conforme, segue abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

, em que:

AC: taxa representativa das despesas de rateio da administração central

R: taxa representativa de riscos;

S: taxa representativa de seguros;

G: taxa representativa de garantias;

DF: taxa representativa das despesas financeiras;

L: taxa representativa do lucro/remuneração; e

T: taxa representativa da incidência de tributos.

A composição do BDI deste estudo este presente no anexo (SEI 38989943)

Por fim, o preço orçado para a contratação é de: **R\$ 45.107,66 (QUARENTA E CINCO MIL, CENTO E SETE REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS).**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A natureza do serviço não permite o parcelamento da solução, tendo em vista que tal medida pode acarretar em inviabilidade econômica com a diminuição do interesse pela participação e consequente aumento do valor do serviço.

Ademais, em razão dos aspectos técnicos, com vistas a otimizar as atividades de gestão, assim como aspectos atinentes a Fiscalização da CONTRATADA, além de impedir eventuais conflitos oriundos de responsabilização quanto à execução de serviços irregulares.

No que concerne aos aspectos técnicos e logísticos dos serviços a serem prestados, registre-se que não se vislumbra vantagem de para a Administração Pública na dissolução dos itens para contratação em separado, sendo essencial, em termos de qualidade, o agrupamento de itens considerando sua relação de semelhança e similaridade

Por conseguinte, não seria eficiente idealizar o fracionamento do presente objeto, uma vez que o serviço que se pretende contratar é a soma de inúmeras atividades conexas e interdependentes. De fato, a gestão centralizada do itens permite a uniformização do serviço final.

Por fim, À luz dos exposto, justifica-se o agrupamentos de itens em um único grupo, nos termos da legislação pertinente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si; já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração.

Assim, após verificação dos itens a serem contratados, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto pretendido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A prestação do serviço em testilha está prevista no plano de contratações anual e alinhada de forma devida ao planejamento da Administração.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O resultado que se pretende alcançar com a solução proposta é garantir a preservação do Patrimônio da União, bem como a qualidade do funcionamento dos sistemas necessários ao bom andamento dos serviços prestados pela Polícia Federal, por meio da garantia laboral dos servidores nas atividades finalísticas, contribuindo, assim, para um melhor aproveitamento dos recursos humanos do órgão, através da correta manutenção dos sistemas e equipamentos.

Assegurar o adequado e pleno funcionamento das instalações da edificação da Polícia Federal no município de Macaíba/RN.

Garantir o adequado estado de conservação do depósito de veículos, sob gestão da Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte, bem como instalações e equipamentos, a título de preservação do patrimônio público, tido como dever e responsabilidade de todos.

Aumento na eficiência operacional e administrativa quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades sem transtornos por ausência de manutenção predial.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação serão:

Descarte de materiais que serão substituídos;

Descarte de embalagens dos novos materiais implantados;

Descarte de Resíduos sólidos de construção civil.

Conceitua-se como resíduos da construção civil aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, tintas, argamassa, vidros, plásticos, fiação elétrica etc., comumente chamado de entulhos de obras.

Além disso, os resíduos da construção civil são classificados, de acordo com NBR 15:113_2004, em classes A, B, C e D

Por conseguinte, para este objeto em estudo os materiais utilizados e que poderão gerar impactos serão os de Classe A e B

Classe A, são resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: I - de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; II - de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; III - de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios fios etc.) produzidas nos canteiros de obras.

Classe B são resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e outros.

Para mitigar os impactos acima levantados, deverá ser realizada reunião prévia com a Contratada visando a orientação quanto ao cumprimento das normativas ambientais e orientada a fiscalização do serviço, já contratada, para o acompanhamento de seu cumprimento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Em face do exposto, no que concerne aos parâmetros técnicos e objetivos, para a melhor consecução do interesse público, opina-se, excluídos os aspectos jurídicos e o juízo de conveniência e oportunidade, que a contratação se adequa à necessidade de preservação e manutenção adequada e coerente do Patrimônio da Administração Pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE DE FREITAS FORMIGA

Membro da comissão de contratação